

CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

2019

Introdução

A Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) divulga hoje um conjunto de informação referente às Contas da Administração Local da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2019, dando sequência à primeira divulgação sobre este tema, que teve lugar em abril passado. Estes dados são publicados anualmente no “Anuário Estatístico da Região Autónoma da Madeira” e estão também disponíveis no portal do Instituto Nacional de Estatística (INE), sendo provenientes da base de dados SIIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais) da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

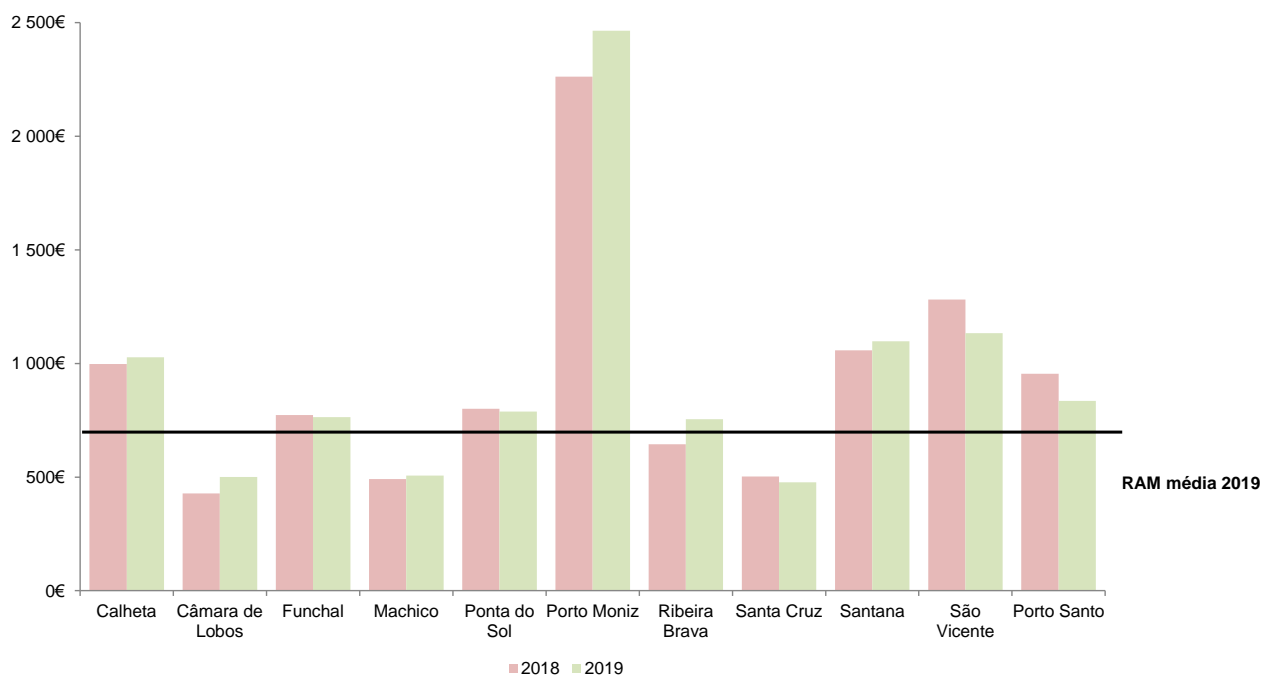
De referir que os apuramentos relativos às “Receitas” e “Despesas” das Câmaras Municipais têm subjacente uma base de caixa, daí que possam ser entendidas como entradas/origens de fundos e saídas/aplicações de fundos. No mapa de controlo orçamental das câmaras municipais, não foram consideradas as rubricas relativas às operações extraorçamentais e ao saldo da gerência anterior. As rubricas “Ativos financeiros” e “Passivos financeiros” correspondem aos saldos entre receitas e despesas.

Principais rácios

No ano de 2019, as receitas das câmaras municipais por habitante na Região foi de 703 euros (697 euros em 2018), atingindo o valor mais alto no município do Porto Moniz, mais concretamente de 2 464 euros (2 262 euros no ano anterior). No polo oposto encontra-se Santa Cruz, com receitas por habitante de 477 euros (503 euros no ano precedente).



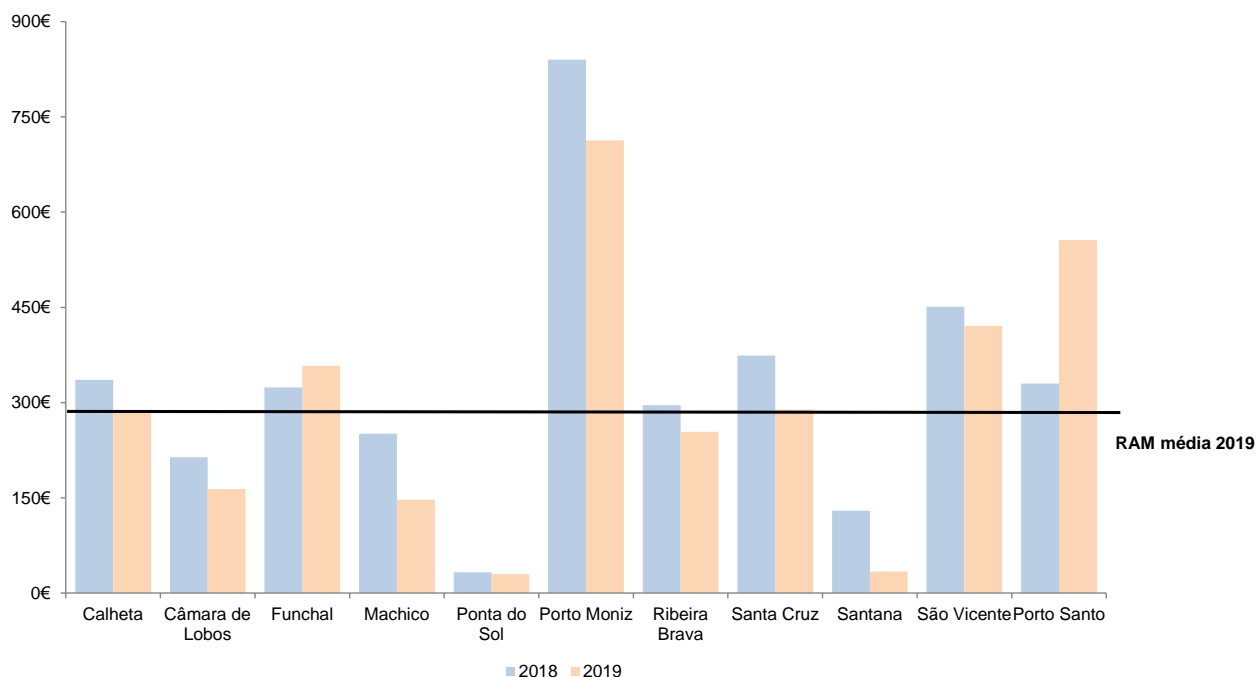
Fig. 1 – Receitas das Câmaras Municipais da Região, por Habitante, 2018 e 2019



No que diz respeito à dívida por habitante, a média regional das câmaras municipais baixou dos 304 euros em 2018 para 284 euros em 2019. Em termos relativos, as maiores reduções foram registadas em Santana (-73,8%), em Machico (-41,4%), em Câmara de Lobos (-23,4%) e em Santa Cruz (-22,7%). Em termos absolutos, as diminuições mais pronunciadas ocorreram no Porto Moniz (127 euros/hab.), Machico (104 euros/hab.), Santana (96 euros/hab.), Santa Cruz (85 euros/hab.), Calheta e Câmara de Lobos (50 euros/hab., em ambos os municípios). Apenas o Porto Santo (+226 euros/hab.) e o Funchal (+34 euros/hab.) registaram um aumento neste indicador. Em 2019, o Porto Moniz era a câmara municipal com o valor mais alto de dívida por habitante (713 euros/hab.), o valor mais baixo foi registado na Ponta do Sol (30 euros).

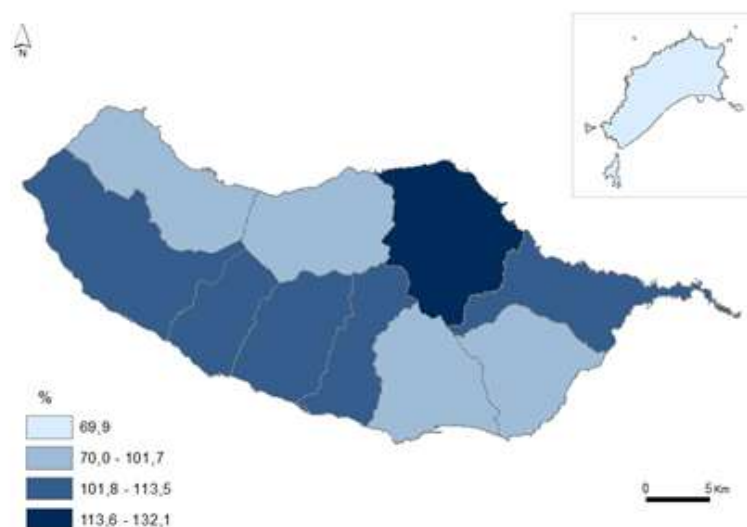


Fig. 2 – Dívida das Câmaras Municipais da Região, por Habitante, 2018 e 2019



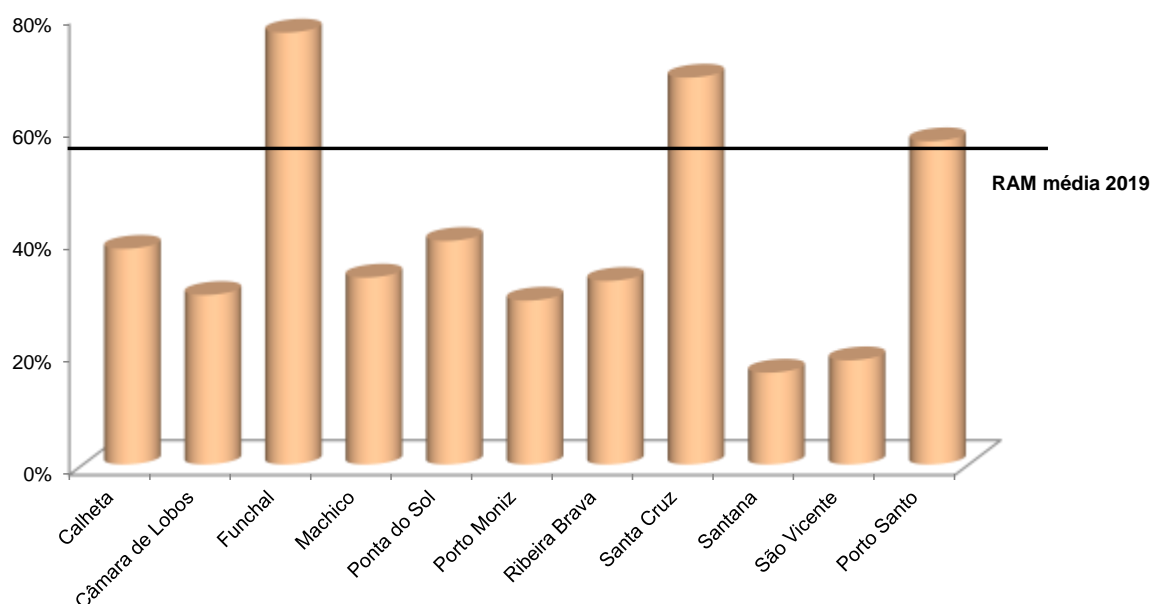
A relação entre as despesas e receitas, que corresponde ao rácio em percentagem entre a primeira e a segunda, apresenta um valor de 101,8% em 2019 (o valor mais baixo dos últimos seis anos). No ano em análise, Santana apresentava a relação entre as despesas e receitas mais elevada (132,1%) com Porto Santo (69,6%), Santa Cruz (97,2%), Funchal e São Vicente (99,6%, em ambos municípios) apresentavam receitas inferiores às despesas.

Fig. 3 - Relação entre receitas e despesas das Câmaras Municipais da Região, 2019



Por sua vez, a percentagem de receitas próprias no total de receitas decresceu pelo segundo ano consecutivo, tendo passado, de 57,7% em 2018 para 56,3%, em 2019. As câmaras dos municípios de maior dimensão lideravam neste indicador. Com efeito, em 2019, o Funchal surgia com 76,7% de receitas próprias (77,8% em 2018), e Santa Cruz com 68,7% de receitas próprias (72,1% no ano anterior). Santana e São Vicente aparecem na posição inversa, com uma percentagem de receitas próprias de 16,3% e 18,5%, respetivamente (15,0% e 18,2% no ano precedente).

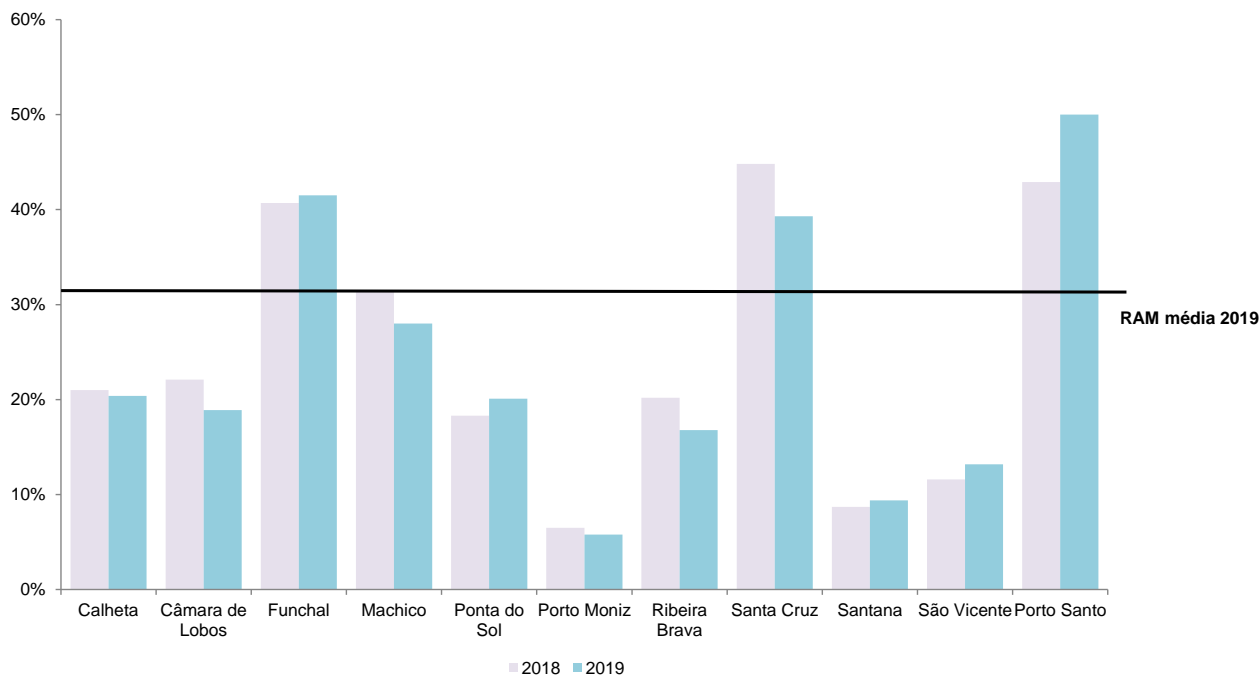
Fig. 4 – Receitas próprias no total da receita das Câmaras Municipais da Região, 2019



O peso dos impostos no total de receitas também diminuiu entre 2018 e 2019, de 32,9% para 31,7%, respetivamente. Porém, é de assinalar que se têm registado diminuições sucessivas desde o ano de 2015. Para este indicador também são os municípios de maior dimensão que apresentam rácios mais altos, a par do Porto Santo. Assim, no Funchal o peso foi de 41,5% (40,7% em 2018) e em Santa Cruz foi de 39,3% (44,8% no ano anterior). Já o Porto Santo apresenta um aumento em 2019, para 50,0% (42,9% em 2018).



Fig. 5 – Peso dos impostos no total de receitas das Câmaras Municipais da Região, 2018 e 2019

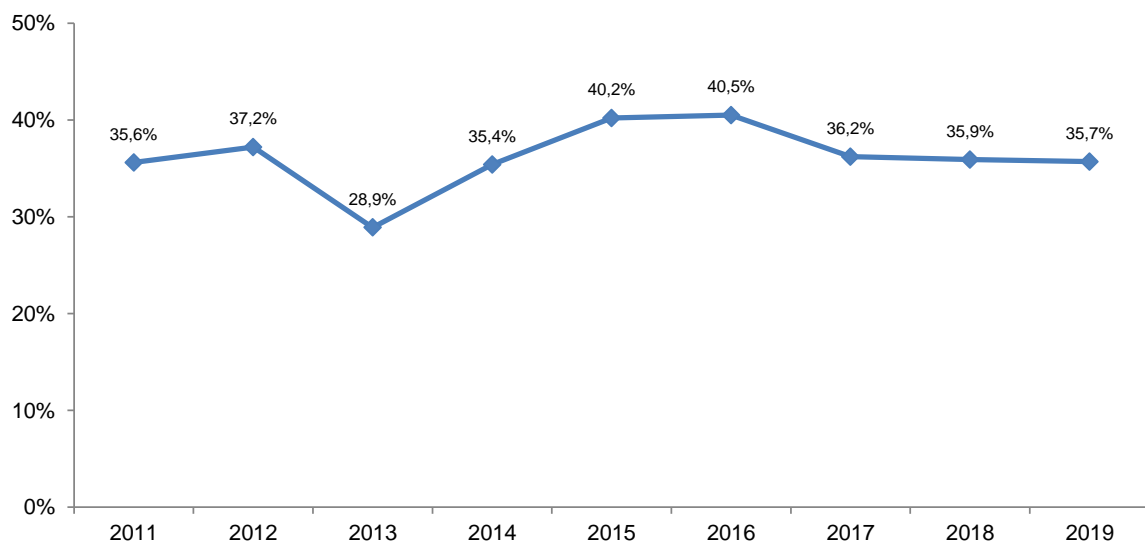


No domínio das receitas de capital, a participação comunitária em projetos cofinanciados no total de receitas de capital foi de 38,3% em 2019 (23,8% no ano anterior). Este crescimento foi provocado pela forte subida do rácio no Funchal (de 12,1% em 2018 para 64,0% em 2019) e em Câmara de Lobos (de 47,4% para 66,9%, pela mesma ordem). Ao longo da série 2011-2019, este rácio apresenta um comportamento irregular em cada um dos municípios da Região.

Outro indicador relevante é o das despesas com pessoal no total das despesas, que no ano em análise foi de 35,7% (35,9% em 2018). Em 2019, São Vicente apresentava o rácio inferior (23,4%) e Machico, o superior (44,4%), enquanto em 2018 essas posições eram ocupadas pela Calheta (21,6%) e o Porto Santo (45,6%).

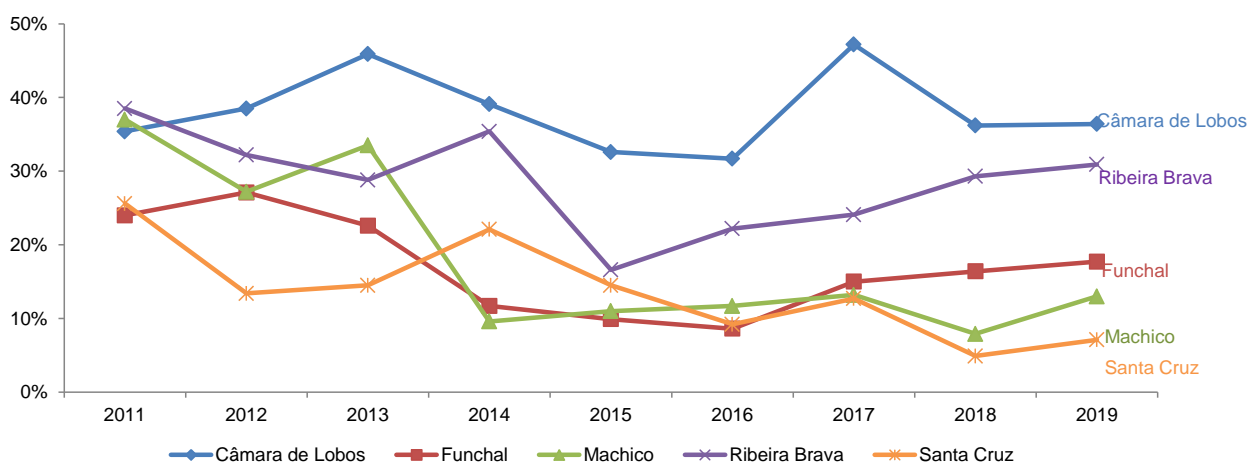


Fig. 6 – Despesas com pessoal no total de despesas, 2019



A aquisição de bens de capital face ao total de despesas é também um indicador bastante volátil. Registou um valor de 18,9% em 2019 (17,4% no ano precedente). Neste ano, Câmara de Lobos (36,4%), Ribeira Brava (30,9%), Porto Santo (26,8%), São Vicente (25,8%) e o Porto Moniz (19,6%) destacam-se dos demais, por apresentarem rácios superiores à média regional.

Fig. 7 – Evolução da aquisição de bens de capital no total da despesa das 5 principais Câmaras Municipais da Região, 2018 e 2019



Receita

As receitas totais das câmaras municipais da RAM atingiram o valor mais elevado dos últimos nove anos, precisamente no ano de 2019, ascendendo aos 178,7 milhões de euros (+1,0% que no ano anterior). Deste total, 91,0% eram receitas correntes e 9,0% de capital. Em 2019, as receitas de natureza corrente cresceram 2,2% face a 2018, enquanto as de capital diminuíram 10,1%. No ano de 2019, o Funchal concentrava 46,1% das receitas correntes do conjunto das Câmaras, seguindo por Santa Cruz (12,9%).

A maior parte das receitas correntes é proveniente de um agregado de 4 impostos (IUC, IMT, IMI e IRS) e da derrama municipal (um imposto que incide sobre o IRC) que, no seu conjunto representaram em 2019, 34,8% do total das receitas correntes, sendo os mais relevantes o IMI e o IMT. Seguem-se os fundos municipais (que se subdividem em três tipos: o Fundo de Base Municipal, o Fundo Geral Municipal e o Fundo de Coesão), que concentraram 33,6% do total de receitas correntes. As vendas de bens e serviços também foram importantes, sendo responsáveis por 20,2% daquele total.

Quanto às receitas de capital, no ano em análise, a sua quase totalidade é proveniente das transferências de capital.

Despesa

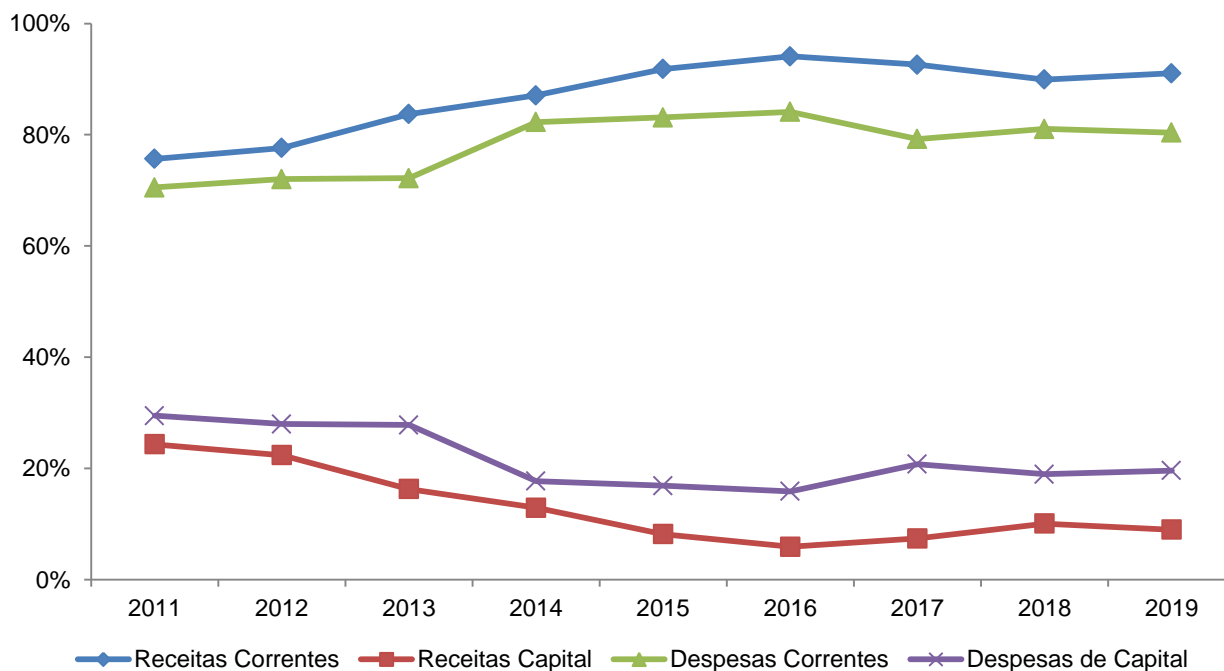
No que concerne à despesa, as conclusões são semelhantes. O valor mais alto dos últimos seis anos foi observado em 2019, fixando-se nos 175,6 milhões de euros, 6,7% acima de 2018. A componente de despesas correntes cresceu 5,9% e das despesas de capital aumentou 10,5% face ao ano anterior. As despesas correntes representavam 80,4%, do total da despesa, e as despesas de capital 19,6% em 2019.

Em termos da composição das despesas correntes, as principais fatias são as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços. Em 2019, as despesas com pessoal ascenderam aos 62,6 milhões de euros (44,4% das despesas correntes), enquanto a aquisição de bens e serviços rondou os 56,1 milhões de euros (39,8% das despesas correntes). As despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços aumentaram 6,2% e 2,5%, respetivamente, face a 2018.

No que respeita às despesas de capital, no período em análise, o seu valor diz respeito fundamentalmente à aquisição de bens de capital.



Fig. 8 – Evolução do peso da receita corrente e de capital no total das receitas e da despesa corrente e de capital no total da despesa, 2018 e 2019



Dívida

Em 2019, a dívida das Câmaras Municipais atingia os 72,3 milhões de euros (77,2 milhões de euros em 2018). A dívida de curto prazo sofreu um incremento, aumentando o seu peso no total da dívida de 20,4% em 2018 para 22,3% em 2019, enquanto a dívida de médio e longo prazo diminuiu 8,7%, passando a representar 77,7% (79,6% em 2018).

Por natureza, a dívida pode ser separada em comercial e bancária. Em 2019, a dívida bancária representava 85,3% do total, enquanto em 2018 essa percentagem era de 81,4%.



Fig.9 – Natureza da dívida das Câmaras Municipais da Região, 2019

